

Ano XIV nº 4388 – 12 de julho de 2012

BB tem plano para conter prejuízo com ações trabalhistas

No momento em que busca se adequar aos cortes dos juros e acaba de desembolsar R\$ 1 bilhão para capitalizar o Banco Votorantim, o Banco do Brasil enfrenta um outro problema que ameaça a sua rentabilidade.

O principal desafio do BB, atualmente, está na Justiça do Trabalho. Preocupado com o custo de uma avalanche de ações trabalhistas, o banco tem freado gastos e investimentos e prepara um pacote de medidas para evitar que processos se acumulem e criem um rombo na instituição. A preocupação cresceu com a previsão da cúpula do banco de que os resultados financeiros vão piorar a partir do último trimestre, porque os correntistas estão quitando os empréstimos mais caros e só os mais baratos continuarão na carteira.

Por causa do aumento exponencial de processos, o BB está prestes a concluir um plano com reforço em algumas áreas, realocação de pessoal e uma divisão de trabalho que faça com que os bancários da área administrativa trabalhem no máximo seis horas. O Banco avalia internamente medidas sobre a sétima e oitava horas, que possibilitem a condução do tema de acordo com a necessidade da empresa e dos funcionários. A instituição financeira aparece com 2.472 processos, ficando em segundo lugar no ranking das empresas com maior número de ações trabalhistas, divulgado há duas semanas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). A relação foi elaborada a partir do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, criado por lei ano passado, e será divulgada pelo TST anualmente como desestímulo aos devedores.

“Isso, infelizmente, já era previsto. O BB deveria, há muito tempo, respeitar os direitos de seus funcionários, o que não têm acontecido, como é o caso da jornada de trabalho, que deveria ser de 6 horas. O pior é que, mesmo com tudo isso acontecendo, a instituição não regulariza os desvios nos direitos trabalhistas de seus funcionários, preferindo enxugar, ainda mais, os gastos e investimentos. Para ter uma ideia da dimensão do problema, o BB têm um montante de R\$2,5 bilhões provisionados para pagar futuras perdas trabalhistas” relatou o diretor do Sindicato e funcionário do banco, Marcos Alvarenga.



Mobilizações garantem ganho real do piso

A mobilização dos trabalhadores, aliada a política de valorização do salário, tem garantido bons resultados para as categorias. Nove em cada dez pisos salariais negociados no ano passado tiveram aumento acima da inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Isso significa que 92% das categorias tiveram reajuste superior a inflação. O aumento real médio foi de, aproximadamente, 3%, de acordo com pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico), divulgada nesta quarta-feira (11/07).

Os dados indicam ainda que quase 13% dos pisos tiveram ganho real superiores a 6%. No caso da categoria bancária, o aumento real foi de 4,3% e a valorização do piso chegou a 12%.

Cerca de 90% dos pisos foram estabelecidos em convenções coletivas e outros 11% em acordos coletivos. No total, 671 negociações foram analisadas pelo Dieese. O setor do comércio foi o que teve o maior número de reajustes acima da inflação (94,8%). Na indústria foram 94,1%, no setor de serviços, 86,8% e rural, 88,5%.

Banco transfere serviços e assalto cresce

A transferência dos serviços bancários para os correspondentes tem aumentado consideravelmente a insegurança.

Hoje, numa lotérica, o consumidor pode fazer diversas operações, como pagamento de contas até R\$ 700,00, saques e depósitos de até R\$ 1 mil, transferências, além da consulta de saldo e extrato. Quer dizer, boa parte dos serviços bancários.

Para os bancos é bom, porque não precisam investir em infraestrutura, com a abertura de novas agências para atender a demanda, e ainda transferem a responsabilidade para outros estabelecimentos. A atitude precariza o trabalho, pois o funcionário faz as atividades de um bancário, mas não é enquadrado na categoria, e aumenta a insegurança.

Os correspondentes não têm estrutura, como portas giratórias, obrigatórias nas unidades bancárias e vigilantes. Outras sequer têm câmeras. Resultado, população e empregados ficam mais vulneráveis à ação dos bandidos, que aproveitam o horário de maior movimento para realizar os assaltos.